



RECONSTRUÇÃO: UMA FANTASIA DANOSA?

Amitai Etzioni

FRANK-WALTER STEINMEIER, O ministro das relações exteriores da Alemanha, fez uma pausa em seus deveres diplomáticos durante uma visita recente a Washington, D.C., para participar de um jantar com um pequeno grupo de intelectuais e discutir como será a sociedade americana por volta de 2050. A conversa durante o jantar foi uma troca estimulante e agradável, até que a sobremesa foi servida e teve início uma discussão sobre o Afeganistão. Um dos convidados americanos sugeriu que a presunção de que o Ocidente poderia reconstruir o Afeganistão foi extremamente irrealista — assim como a noção de que os EUA poderiam fazê-lo em outros países, do Iraque ao Timor Leste ao Haiti. De fato, ele argumentou, os fracassos resultantes prejudicavam a determinação e a credibilidade do Ocidente. O assessor de Steinmeier reagiu com veemência, sustentando que a reconstrução do Afeganistão progredia muito bem, na verdade. Ele citou as 2.000 escolas construídas desde a invasão liderada pelos EUA em 2001, o grande aumento no número de crianças escolarizadas (incluindo 1,5 milhão de meninas) e os 4.000 km de novas estradas pavimentadas.

Como os comentários do assessor alemão indicam, embora o apoio à intervenção militar no Afeganistão venha diminuindo na Alemanha (e na Europa em geral), o apoio à reconstrução permanece forte. Segundo uma pesquisa de opinião pelo German Marshall Fund, 64% dos europeus apoiam os esforços de reconstrução, mas apenas 30% defendem o engajamento de tropas em combate.

De fato, embora raramente colocado desta forma, uma divisão de trabalho vem evoluindo dentro da missão da Otan: o lado militar da operação cabe cada vez mais aos Estados Unidos, enquanto outras nações voltam a sua contribuição para a reconstrução. Essa divisão de trabalho é impulsionada, por parte dos europeus, por uma louvável relutância em matar e ser morto, por um senso de dever moral de ajudar um pobre povo cuja nação foi ocupada, e pela convicção de que o desenvolvimento econômico é essencial para que o Afeganistão e outros países como ele possam se desligar da influência de extremistas e deixem de servir de refúgios para terroristas. Esse ponto de vista pressupõe que potências estrangeiras possam se engajar em engenharia social em larga escala no exterior “da mesma forma que os EUA e seus aliados ajudaram a reconstruir a Alemanha e o Japão depois da Segunda Guerra Mundial”. Contudo, essas noções têm sérias deficiências. É necessária uma abordagem diferente, mais humilde e realista.

Amitai Etzioni é professor de Relações Internacionais na George Washington University e autor de Security First (Yale, 2007).

Os Budas de Bamiyan (destruídos pelo Talibã) e o World Trade Center (destruído pela Al-Qaeda), justapostos acima, são emblemáticos da distância psíquica entre visões de mundo, antiga e moderna, religiosa e secular, Oriental e Ocidental. Hoje, suas ruínas nos lembram da irracionalidade do extremismo e da dificuldade de reabilitar as sociedades que o adotam.

Os Limites da Engenharia Social

Os neoconservadores estão muito desacreditados hoje em dia. São amplamente considerados responsáveis pela doutrina que levou à imprudente invasão do Iraque em 2003. Sua doutrina se concentrava no conceito de que potências estrangeiras podem rapidamente transformar economias de Estado em mercados livres e ditaduras em democracias. Esses mesmos neoconservadores conquistaram um grande número de adeptos nos anos 80 ao insistirem que a engenharia social em larga escala normalmente fracassava. Mencionavam, então cidades americanas onde, pode-se acrescentar, projetos foram empreendidos em circunstâncias bem mais favoráveis que no Afeganistão.

Os neoconservadores alegaram que a maioria dos programas liberais da Grande Sociedade introduzidos nos Estados Unidos nos anos 60 fracassou. O governo não conseguiu erradicar a pobreza, ajudar minorias a se equiparar, melhorar as escolas públicas ou eliminar o uso de drogas. Os neoconservadores disseram que é errado presumir que uma combinação de funcionários civis bem intencionados e grandes quantidades de dinheiro possam resolver problemas sociais. Mesmo assim, em 2003, esses mesmos neoconservadores aplicaram, essencialmente, a mesma abordagem liberal nos distantes Afeganistão e Iraque.

Os proponentes da reconstrução também ignoram as lições amargas da ajuda externa em geral. Um relatório extenso de 2006 sobre as dezenas de bilhões de dólares que o Banco Mundial investiu, desde meados dos anos 90, no



Moeda de ouro do Rei Kanishka: Dois mil anos atrás, o Afeganistão era o cruzamento cultural das civilizações ocidental e oriental, graças principalmente a Alexandre, o Grande, que subjogara a região 300 anos antes. As tribos forçadas a deixar a fronteira do norte da China se estabeleceram no Afeganistão, assimilando a cultura grega, como os kushans. Esta moeda de ouro do império kushan de Kanishka (127 d.C.) exibe letras gregas em um dialeto persa, lembrando-nos da confluência de culturas e religiões nas capitais do império kushan em Balkh, Cabul, Begram e Peshawar. O Afeganistão sob os kushans se tornou um centro de shivaísmo, zoroastrianismo e, mais tarde, de expansão budista no leste da Ásia. Os descendentes dos kushans esculpiram os Budas de Bamiyan no século VI, vestindo-os com túnicas gregas. Seu legado multicultural se tornou um conduto fértil para a disseminação do Islã no século VII. Até o Afeganistão ser devastado pelos mongóis no século XIII e depois pelos turcos sob Tamerlão e pelos mongóis da Índia, a região era um farol para a civilização. Abrigou, outrora, bibliotecas fabulosas e filósofos, comerciantes e artistas famosos, mas as divisões étnicas e culturais profundamente arraigadas impedem a sua recuperação há séculos. A reconstrução provará ser uma tarefa monumental.

desenvolvimento econômico mostra que, apesar dos melhores esforços do banco, “um número considerável de países continua a procurar, em vão, a conquista de aumentos sustentados da renda per capita, essencial para a redução da pobreza”. Dos 25 países beneficiários de ajuda incluídos no relatório, mais da metade (14) apresentou índices iguais ou piores de renda per capita de meados da década de 90 até o início dos anos 2000. Além disso, as nações que receberam a maior parte da ajuda (especialmente na África) se desenvolveram menos, enquanto as nações que receberam muito pouca ajuda cresceram de forma bastante acelerada (especialmente China, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan).

Outras nações consideraram a ajuda externa um “presente envenenado”, porque promovia a dependência em relação a estrangeiros, minava o empenho nativo e beneficiava de forma desproporcional aqueles com talento para escrever propostas e adular os representantes de fundações e agências de ajuda externa, em vez de empresários locais.

Acima de tudo, o Banco Mundial e outros estudantes do desenvolvimento descobriram — há surpreendentemente pouco tempo — que grande parte das verbas fornecidas é desperdiçada devido à corrupção generalizada e de alto nível. Em *The White Man's Burden* (“O Fardo do Homem Branco”, em tradução livre), William Easterly refuta, de forma sistemática, a ideia de que maiores gastos de ajuda podem, por si próprios, aliviar a pobreza ou modernizar os estados fracassados ou em desagregação, e aponta o papel central que o mau governo e a corrupção exercem nesses fracassos. Steve

Knack, do Banco Mundial, mostrou que “enormes receitas de ajuda talvez até estimulem uma maior burocratização e piorem a corrupção”. Outros constataram que a má administração, absoluta incompetência e governo fraco eram quase tão debilitantes.

Deve-se acrescentar que nem todo desperdício e corrupção são locais. Grande parte da ajuda orçada para o Afeganistão e outros países é transferida para organizações não-governamentais, sujeitas a pouco controle, ou gasta em lucros extraordinários para contratadas e grandes empresas ocidentais com consultores ocidentais caros. (A lei americana exige que 100% dos alimentos da ajuda externa dos EUA sejam adquiridos de fazendeiros americanos e que empresas americanas transportem 75% deles.)

Um estudo de 2008, conduzido pela revista *The Economist*, constatou que uma das principais razões por que o desenvolvimento do Afeganistão prossegue tão mal é a corrupção generalizada, clientelismo e tribalismo, falta de prestação de contas e péssima administração. A revista *The Economist* recomendou que o Ocidente pressionasse o presidente Hamid Karzai a introduzir reformas. Pergunta-se, então: Como o Sr. Karzai deve proceder? Deve convocar todos os ministros e pedir-lhes que deixem de aceitar subornos e parem de alocar verbas públicas aos seus favoritos? Deve demiti-los e substituí-los — com quem? E caso fizesse isso, e quanto às suas equipes? Muitos dos policiais, juizes, carcereiros, oficiais da alfândega e funcionários civis no Afeganistão aceitam subornos com regularidade e dão forte preferência a membros de sua família, clã e grupo tribal. A maioria é mal treinada e não tem tradições profissionais às quais recorrer. Como um presidente (mesmo um que conte com o apoio de potências externas) pode mudar hábitos e cultura profundamente arraigados?

Pode-se argumentar que tais reformas ocorreram em outros países, mesmo no Ocidente. De fato, os cientistas sociais prestariam um grande serviço às nações em desenvolvimento se realizassem um estudo detalhado de como essas nações conseguiram controlar a corrupção e a má administração. O estudo provavelmente mostraria que o processo levou décadas, se não gerações, e que envolveu uma grande mudança

Dado que os Estados Unidos foram incapazes de reformar suas próprias escolas públicas de Washington D.C. a Los Angeles, por que devemos supor que consigam fazê-lo no Afeganistão?

nas forças sociais (como o surgimento de uma classe média considerável) e no sistema educacional — entre outras grandes mudanças sociais. Tais mudanças não podem ser impostas e precisam ser, em grande parte, endêmicas.

O mesmo se aplica à reforma de escolas. O Afeganistão hoje tem muito mais escolas e alunos do que há alguns anos, mas a reforma educacional exige bem mais do que construir prédios e encher salas de aula. Também é necessário retreinar os professores afegãos, que, com frequência, carecem de formação moderna (especialmente em ciências e matemática) e rejeitam métodos modernos de ensino, preferindo que as crianças decorem velhos textos. A reciclagem de milhares de professores (ou formação de novos) exige faculdades de educação ou outras instalações educacionais, atualmente não disponíveis. Também exige que os diretores, administradores escolares e diversos burocratas encarregados da educação — e até os pais — aceitem as novas formas de ensinar e o novo conteúdo. Nada disso ocorre facilmente.

Os hábitos e valores tradicionais são seguidos há séculos e profundamente arraigados nos outros elementos da economia, Estado e sociedade. Modificá-los é, muitas vezes, um processo lento e difícil que os estrangeiros não podem impor — muito menos apressar. Dado que os Estados Unidos foram incapazes de reformar suas próprias escolas públicas de Washington D.C. a Los Angeles, por que devemos supor que consigam fazê-lo no Afeganistão? Dado que os franceses são incapazes de lidar com as minorias muçulmanas nos arredores de Paris, como esperar que o façam nos arredores de Kandahar? As outras nações europeias também não demonstraram grande sucesso em reformas sociais internas. Apesar de um investimento de um trilhão de dólares pela Alemanha nas “novas

terras” (antiga Alemanha Oriental), a região continua atrasada em muitas frentes, 18 anos depois da unificação.

Muitas condições que dificilmente serão reproduzidas em outros lugares levaram a uma reconstrução bem-sucedida na Alemanha e no Japão depois da Segunda Guerra Mundial. Primeiro, ambas as nações se renderam depois de sua derrota na guerra e se submeteram completamente à ocupação. Segundo, muitos fatores facilitadores eram bem mais estabelecidos do que são em países onde hoje se tenta aplicar a engenharia social. Não havia perigo de que o Japão ou a Alemanha se dividissem devido a uma guerra civil entre grupos étnicos, como é o caso do Afeganistão e do Iraque. Não era necessário esforço algum para construir a unidade nacional. Pelo contrário, uma forte unidade nacional era uma importante razão pela qual se podia introduzir mudanças com relativa facilidade. Outros fatores favoráveis incluíam funcionários públicos competentes e um baixo nível de corrupção. Em *Liberal America and the Third World*, Robert Packenham cita, como fatores centrais, a presença de “perícia técnica e financeira, partidos políticos relativamente bem institucionalizados, políticos habilidosos e visionários, populações com um bom nível de escolaridade e forte identificação nacional”. E, o que é fundamental, existia uma forte cultura de autodisciplina presente tanto no Japão quanto na Alemanha, que favorecia o trabalho árduo e a poupança, essenciais para acumular patrimônio local e manter os custos baixos.

As condições nos países doadores eram diferentes também. Em 1948, o primeiro ano do Plano Marshall, a ajuda para os 16 países europeus envolvidos totalizou 13% do orçamento americano. Em comparação, os EUA gastam atualmente menos de 1% de seu orçamento na ajuda externa, que não é totalmente dedicado ao desenvolvimento econômico. Outras nações fazem melhor, mas o total de verbas dedicado à ajuda externa ainda é bem menor que as destinadas à reconstrução no fim da Segunda Guerra Mundial. Em suma, as tarefas atuais são bem mais onerosas, e os recursos disponíveis são escassos quando comparados.

Max Weber, sociólogo de grande renome, estabeleceu a importância da cultura (um termo

... culturas podem mudar, mas, como a história mostra, apenas com lentidão, e as mudanças envolvidas não podem ser apressadas por estrangeiros.

educado para valores) ao demonstrar que os protestantes eram mais imbuídos que católicos em valores que levam ao trabalho árduo e a altos níveis de poupança, essenciais para o surgimento das economias capitalistas modernas. Por décadas, o desenvolvimento em países católicos (como os do sul da Europa e da América Latina)



Mahmud de Ghazni forjou um vasto império no fim do século X nas regiões do Afeganistão moderno. Ele expandiu seu reino até o Irã, noroeste da Índia e terras do Paquistão moderno. Mahmud é celebrado no Afeganistão e no Paquistão como herói islâmico. Na Índia, ele é lembrado como um criminoso de guerra e um pirata invasor, determinado a escravizar a população hindu e a destruir sua cultura. Ele é especialmente vilipendiado pela destruição de estátuas e ícones sagrados do budismo no norte da Índia. O Talibã pareceu imitar Mahmud ao destruir os Budas de Bamiyan. O nome Hindu Kush, que se refere à “matança dos hindus” de Mahmud, evoca o ódio e a hostilidade cultural que divide os habitantes da região. Essas profundas animosidades étnicas são difíceis de entender para o Ocidente, salientando os desafios significativos de uma reconstrução cultural ocidental.

ficou atrás do desenvolvimento em nações anglo-saxônicas protestantes e do noroeste da Europa. Essas diferenças diminuíram apenas quando os católicos passaram a ser mais como os protestantes.

A cultura também é um fator importante, que explica a diferença marcante entre as várias taxas de desenvolvimento, especialmente entre os “tigres” no sul da Ásia (que receberam pouca ajuda) e os estados africanos e árabes que receberam muita. A tese *não* é que estes últimos Estados não possam se desenvolver devido a alguma característica genética do povo que vive lá, mas porque suas culturas enfatizam outros valores, especialmente os valores religiosos tradicionais e os laços comunitários e tribais. Essas culturas podem mudar, mas, como a história mostra, apenas com lentidão, e as mudanças envolvidas não podem ser apressadas por estrangeiros.

Afinal de contas, deve-se esperar que a reconstrução em nações como o Afeganistão será bastante lenta e extremamente onerosa para todos os envolvidos.

O Desenvolvimento Econômico Não Detém o Terrorismo

Pode-se dizer que o Ocidente não tem outra escolha senão ajudar a desenvolver o Afeganistão e outras nações como ele, porque, se suas populações não tiverem empregos, uma renda razoável ou alguma propriedade, esses países serão um terreno fértil para o desenvolvimento de terroristas. Esse parece ser especialmente o caso em países subdesenvolvidos, onde há grandes quantidades de jovens devido à alta taxa de natalidade e índices decrescentes de mortalidade.

Apesar da noção amplamente aceita entre os progressistas de que o terrorismo é ligado à pobreza e de que o desenvolvimento é o melhor antídoto, a maioria dos dados mostra que não há correlação alguma entre os dois. Por exemplo, um estudo amplamente citado por Alan Krueger e Jitka Maleckova, do National Bureau of Economic Research, conclui: “As evidências que coletamos e analisamos sugerem que há pouca conexão direta entre pobreza, educação e participação no terrorismo e violência por motivos políticos”.

Os terroristas de 11 de Setembro que atacaram os EUA eram oriundos da classe média, e vários deles estudaram em universidades. Bin Laden é um bilionário. F. Gregory Gause destacou que “a literatura acadêmica sobre a relação entre o terrorismo e outros indicadores sociopolíticos, como a democracia, é surpreendentemente escassa”.

Obrigações Morais: Não Desperdiçar

A ética, muitas vezes, convence nações e indivíduos privilegiados, cuja renda é muito superior à de outras nações ou pessoas e que se beneficiam da exploração passada de antigas colônias, de que eles têm uma obrigação moral de ajudar os menos afortunados. Alguns afirmam que essa obrigação é particularmente forte em relação a nações ocupadas devido aos danos causados pelos ocupantes. Segundo consta, quando era secretário de estado, Colin Powell citou uma regra da loja de móveis Pottery Barn — “Se quebrar, é sua responsabilidade” — aplicando-a em relação aos Estados ocupados.

O fato é que a Pottery Barn não tem essa regra. Também não é óbvio que, ao derrubar um governo tirânico, do tipo imposto pelo Talibã ou por Saddam, o Ocidente deva algo mais à população liberada. De fato, pode-se defender que ela deva um sonoro voto de gratidão aos EUA. Até que ponto se concorda que os ocupantes devam recuperar os países ocupados (por exemplo, pagar por portas quebradas durante a busca de terroristas) é limitado pelo que realmente significa o termo “reconstrução”. Ou seja, restaurar as condições ao estado anterior à ocupação, e não construir uma economia, Estado e sociedade completamente novos, de A a Z.

Qualquer que seja a conclusão quanto a esta

...perguntar onde verbas limitadas gerarão o maior bem — e onde provavelmente serão desperdiçadas ou até causarão prejuízo — não é apenas uma questão prática, mas também uma importante questão moral.

última questão, o ocupante tem claramente a obrigação moral de não desperdiçar recursos limitados. Embora esse assunto seja difícil de enfrentar, a verdade é que, não importa quanto ele aumente a ajuda externa, o Ocidente nunca chegará perto de fornecer os recursos necessários, se definir o desenvolvimento — como o faz no Afeganistão e no Iraque — como refazer praticamente todos os aspectos das sociedades envolvidas, incluindo suas economias; serviço civil, educação, saúde pública e sistemas de previdência; forças de segurança; órgãos judiciários; mídia; etc.

Afirma-se, com frequência, que os Estados Unidos não tinham um plano para o Iraque pós-guerra. De fato, antes da invasão de 2003, o Departamento de Estado elaborou um enorme estudo de 13 volumes, conhecido como “O Projeto Futuro do Iraque”. O estudo fornece planos para projetos de reconstrução relativos à água, agricultura e meio ambiente, saúde pública e necessidades humanitárias, política e instituições de defesa, economia e infraestrutura, educação, justiça, princípios e procedimentos democráticos, governo local, capacitação da sociedade civil, imprensa livre e petróleo e energia, entre muitos outros.

Como resultado de uma abordagem abrangente e dispersa, dezenas de projetos foram iniciados, mas pouquíssimos foram concluídos. De fato, muitos foram abandonados, porque não havia verba suficiente para completá-los. Para reiterar, embora observadores progressistas respondam com exigências urgentes de aumentar a ajuda fornecida, qualquer que seja o orçamento, continua a existir uma divergência entre os recursos necessários e os disponíveis, e muitos processos de mudança levam muito tempo para amadurecer (i.e., aculturação) e não podem ser apressados. Depois que se depara com essa observação fundamental, deve-se concluir que perguntar onde verbas limitadas gerarão o maior bem — e onde provavelmente serão desperdiçadas ou até causarão prejuízo — não é apenas uma questão prática, mas também uma importante questão moral. Todos os que realizam a triagem médica a enfrentam, mesmo que com relutância, e os que se engajam na engenharia social devem fazer o mesmo, isto é, estabelecer quais projetos são irreparáveis, devendo ser

abandonados; quais projetos provavelmente sobreviverão por conta própria, não devendo receber verbas; e quais projetos seletos devem ser priorizados.

O Que Poderia Ser Feito?

A triagem do desenvolvimento não foi tentada e exige considerável reflexão. Não pode ser lançada aqui. No entanto, pode ser ilustrada com a apresentação de algumas indicações preliminares das linhas gerais sugeridas.

Priorizar a segurança. Já demonstrei em outros lugares (em *Security First: For a Muscular, Moral Foreign Policy*, Yale University Press, 2007) que se deve primeiro proporcionar a segurança básica. Se os oleodutos instalados durante o dia forem explodidos à noite, o petróleo não irá longe. Se centrais elétricas forem construídas com grandes custos, mas não forem protegidas, consistirão apenas em mais um lugar onde recursos serão desperdiçados. Se os profissionais temerem os terroristas, deixarão o país para trabalhar em outro lugar, etc.

O termo “segurança básica” indica que não é necessário superar todas as ameaças. De fato, até nas cidades do Ocidente, existe algum elemento de perigo relacionado tanto a criminosos quanto a terroristas. Contudo, essas ameaças devem ser mantidas em um nível com o qual a população sente que pode funcionar e que os recursos estão sendo utilizados e acumulados em vez de esgotados.

O argumento contrário, de que o desenvolvimento é essencial para a segurança e, portanto, deve precedê-la, é errôneo, porque, sem a segurança básica, o desenvolvimento não pode ocorrer, e porque, como já vimos, o desenvolvimento em si não proporciona a segurança.

Priorizar a ajuda humanitária. Por razões morais, deve-se oferecer ajuda humanitária na forma de suprimentos básicos (do tipo fornecido depois de desastres naturais), quer levem ao desenvolvimento, sejam parcialmente perdidos devido à corrupção, aumentem a segurança, tenham qualquer outra utilidade, quer não.

Busque vitórias fáceis. Ganhos de curto prazo devem ser preferidos em relação aos de longo prazo. O fornecimento de melhores sementes, fertilizantes ou irrigação produz resultados em

poucos meses; o plantio de árvores, em anos; e a educação primária, em uma década ou mais. Esses exemplos ilustram como é difícil aceitar as conclusões às quais a triagem pode levar. Contudo, agir de outra forma mina as metas à mão.

Aprimorar os perfis de projetos. Os projetos que têm um alto efeito multiplicador devem ser preferidos em relação aos de efeito multiplicador baixo; os que exigem mão-de-obra intensiva e não o capital intensivo devem ser preferidos em relação aos que têm o perfil oposto; e os que utilizam pouca energia ou energia renovável em relação aos que têm o perfil oposto.

Limitar os projetos. Em cada área específica, deve-se dar forte preferência à conclusão de um pequeno número de projetos em vez de começar muitos. (Isso é o oposto à forma como o desenvolvimento foi abordado no Afeganistão e no Iraque).

Retirar os antigos elementos. Em geral, os antigos elementos devem ser deixados no lugar e corrigidos ou reformados gradualmente em vez de serem substituídos. Isso se aplica a equipamentos, instituições e suas equipes. Por exemplo, devia-se ter permitido que os chefes tribais (no Afeganistão) e membros do partido governante no serviço público (Ba'ath no Iraque) conservassem seus papéis de liderança, como os Estados Unidos fizeram no fim da Segunda Guerra Mundial ao conservar o imperador no Japão.

Enquadrar os esforços de forma mais humilde. Um enquadramento radicalmente diferente do desenvolvimento é essencial. Acarreta o abandono da promoção exagerada e do estardalhaço, incluindo as promessas de levar uma nação da pobreza à riqueza, da tirania à democracia ou do terror à paz. Em vez disso, é melhor que sejam feitas repetidas advertências para indicar que o caminho à frente será longo e árduo. É essencial baixar as expectativas para evitar a perda de apoio dos países doadores e dos beneficiários da ajuda, incentivar os envolvidos a fazer quaisquer contribuições que possam, em vez de depender das esmolas, e motivá-los a reduzir o conflito e resolver suas diferenças por meio de canais políticos. Uma indicação sólida de que o devido enquadramento foi alcançado ocorrerá quando os envolvidos expressarem surpresa com o fato de que os resultados superaram as expectativas.

Imaginar os efeitos e percepções com empatia. Raramente discutimos o fato de que os engenheiros sociais do Ocidente estão, com efeito, tentando transformar o Afeganistão e outras nações como ele em sociedades ocidentais e que isso ofende profundamente os valores religiosos e nacionalistas da maioria do povo nessas sociedades. O problema principal não é o fato de minarmos os antigos valores e as relações sociais construídas à volta deles, mas o de não abordarmos o resultante vácuo de valores. Em vez disso, com efeito, promovemos formas ocidentais de um materialismo ou consumismo hedonista; medimos o progresso pelo aumento da renda per capita ou número de máquinas de lavar roupa ou de aparelhos de TV que a população possui. Esses valores não abordam as questões espirituais, sociais e morais com as quais os afegãos devotos se preocupam. O que é necessário é que seus valores tradicionais sejam substituídos (ou de modo mais prático, transformados) por valores morais sociais diferentes, mas positivos, do tipo favorecido pelos muçulmanos moderados. Em que consistem esses novos valores sociais e como podem ser fomentados é um tema longo e complexo que não pode ser tratado aqui. Entretanto, o fato de não abordarmos esse problema é uma das razões principais pelas quais as ideias ocidentais de desenvolvimento econômico não são acolhidas da forma como nós, seus proponentes, esperamos que sejam.

É possível fornecer critérios diferentes para orientar a triagem da reconstrução. A história, porém, não deixa dúvida de que uma abordagem excessivamente ambiciosa e dispersa provavelmente fracassará. Além disso, há sérias dúvidas sobre seu valor moral, porque leva ao desperdício de recursos escassos e a um maior antagonismo. Na reconstrução, como em muitas outras áreas da atividade humana, menos é mais. Se os europeus forem tomar a liderança na reconstrução do Afeganistão e se esse país for servir de modelo para o desenvolvimento de outras nações como ele, essa causa será mais bem defendida se a liderança demonstrar humildade, adotar a triagem e substituir o exagero por realizações que vão além das promessas, em vez de ficarem muito aquém delas. **MR**